

# As **acessibilidades** na **requalificação** das vilas e cidades portuguesas

PAULA TELES \* [ paulateles@paulateles.pt ]

**Palavras-chave** | Mobilidade, Urbanismo, Regeneração Urbana, Turismo Acessível, Modos Suaves, Planeamento do Território.

**Objetivos** | Os desafios que se colocam atualmente aos municípios portugueses, remetem para exigências cada vez maiores como fator essencial na construção de territórios socialmente mais inclusivos. É necessária a promoção de uma sociedade com novas formas de mobilidade e acessibilidade, numa era de total informação e comunicação, traduzida por uma Europa socialmente mais envelhecida, turisticamente mais diversificada e culturalmente mais heterogénea.

Desta forma, as preocupações atuais da sociedade, desde o cidadão comum aos técnicos, conduziram a acessibilidade como motor de desenho das nossas vilas e cidades, promovendo as alterações que lhes permitem tornar-se mais inclusivas e amigas dos seus habitantes, mas também mais atrativas para quem as visita.

O objetivo essencial dos trabalhos que se vem desenvolvendo nas cidades portuguesas é simples mas arrojado: tornar os territórios mais competitivos por via da acessibilidade utilizando os poucos recursos económicos existentes, permitindo que as novas possibilidades de acesso ao meio construído sejam atrativas o suficiente para diferenciar os territórios e os produtos que cada um deles tem para oferecer.

**Metodologia** | Não se pode falar de acessibilidade em Portugal sem referir o projeto da rede nacional de cidades e vilas com mobilidade para todos, lançado em 2003. Neste projeto, os cerca de oitenta municípios aderentes manifestaram a vontade de eliminar as barreiras arquitetónicas e urbanísticas identificadas no seu território através de levantamentos e avaliações efetuadas ao longo de três anos de duração do projeto. Desta forma, para uma pequena área de intervenção pré-selecionada pelo município, era objetivo central identificar, nos primeiros meses, as barreiras existentes no espaço público para que o município pudesse, ao longo do projeto, promover a sua eliminação.

A partir de 2008 dá-se a mudança de paradigma nesta matéria, com o lançamento dos planos de promoção de acessibilidade. Estes planos pretendem dar orientações específicas que permitam, aos municípios, dotar os seus territórios de melhores condições de acessibilidade para todos. Para tal, detetam, através de um diagnóstico aprofundado, as debilidades ao nível das barreiras arquitetónicas e urbanísticas, em cinco áreas temáticas: espaço público, edifícios, transportes coletivos, infoacessibilidade e comunicação.

As avaliações ao nível do espaço público permitiram identificar as condições atuais de acessibilidade, transformando os resultados obtidos em níveis de acessibilidade, de forma a criar propostas de intervenção para os arruamentos em estudo (soluções-tipo). Os municípios obtiveram, através dos trabalhos efetuados nesta componente, uma radiografia completa

---

\* **Mestre em Planeamento e Projeto do Ambiente Urbano** pela Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto, **Gerente** da m.pt – mobilidade paula teles, **Presidente** da Comissão Técnica de Acessibilidade e Desenho Universal (CT 177) do Instituto Português da Qualidade (IPQ) e **Representante** de Portugal no **Comité Européen de Normalisation** (CEN) em Bruxelas.

ao nível das debilidades no seu espaço público que lhes permite priorizar, através da informação recebida, as suas intervenções, planeando-as devidamente, não só em termos temporais, mas também financeiros.

O decreto-lei n.º 163/2006 de 8 de Agosto legisla também os edifícios, quer habitacionais, quer com outros fins. Desta forma, foram identificadas as barreiras presentes nos principais edifícios/equipamentos âncora de utilização pública, propondo medidas-tipo de correção em matéria de acessibilidade. Em cada um dos equipamentos definidos foram realizados trabalhos de verificação das condições de acessibilidade à luz da legislação atual e indicados todos os pontos passíveis de correção para adequação ao decreto-lei referido.

Contudo, os planos de promoção de acessibilidade são um passo adiante em relação à legislação em vigor, na medida em que abarcam outras componentes não incluídas no decreto-lei em questão – acesso aos transportes, à infoacessibilidade e à comunicação.

O acesso aos transportes é fundamental, especialmente em territórios de cariz mais rural, pois permite fazer a ligação destes com os centros urbanos onde os cidadãos podem aceder a serviços e comércio. Desta forma, efetuaram-se diagnósticos de condições de acessibilidade aos veículos de transporte coletivo a operar no território de cada um dos municípios e também às infraestruturas de apoio (centros coordenadores, paragens, estações, etc.).

A acessibilidade, na atualidade, é mais do que o acesso ao espaço público e aos edifícios, é também o acesso à informação, seja impressa, seja na *web*. Os planos de promoção de acessibilidade também aqui vieram dar um contributo importante para a (re)qualificação das cidades. A informação que se obtém, quer seja através de um folheto promocional, ou através da página na internet de promoção turística de determinado destino, poderá desempatar a escolha de determinado destino em detrimento de outro. A criação de condições de acessibilidade nestas componentes permite que a informação atinja um leque mais abrangente de população, alargando, desta forma, o número de (potenciais) clientes. Para a prossecução deste objetivo, de tornar a informação (mais) acessível, foram desenvolvidos estudos de acessibilidade à documentação impressa que cada município produz bem como estudadas as condições de acessibilidade das páginas *web*, à luz da regulamentação internacional, para identificação dos pontos a corrigir e que permitirão tornar a informação disponibilizada *online* mais acessível.

**Principais resultados e contributos** | O desenvolvimento de planos de promoção de acessibilidade permitiu, aos municípios portugueses, perceber a acessibilidade como área abrangente e não apenas como uma matéria destinada, única e exclusivamente, a pessoas com incapacidade. Estes projetos, para além da componente de estudo comportam também uma componente importante de sensibilização da sociedade civil, mas, não menos importante, dos técnicos que desenham os territórios e dos decisores políticos que têm o poder de, em determinado momento, possibilitar a (re)qualificação do seu território municipal ou, pelo menos, das áreas mais importantes e estratégicas para o desenvolvimento municipal. Por outro lado, o caráter corretivo dos estudos efetuados permitiu, aos técnicos autárquicos, perceber quais os erros que ainda cometem na tentativa de construção de cidades mais inclusivas, permitindo, gradualmente, atingir patamares de excelência no desenho dos novos espaços públicos.

**Limitações** | Há várias limitações que hoje são colocadas à implementação dos planos de acessibilidades, designadamente:

1. A atual situação económico-financeira do país e do mundo contribuem para que o ritmo das alterações pretendidas nesta matéria não seja tão veloz como seria desejável. Esta ausência de recursos que permitam realizar obras significativas e de reabilitação do meio construído, correndo-se o enorme risco de ver todo o esforço efetuado, quer financeiro quer intelectual, na elaboração destes planos de promoção de acessibilidade, não ter consequência prática.
2. Questões culturais, que continuam a existir na sociedade portuguesa. Talvez mais difícil que eliminar as barreiras urbanísticas e arquitetónicas nas cidades, seja a eliminação das barreiras psicológicas. Essas demoram décadas a serem trabalhadas, por forma a ser criada uma consciência coletiva de que é obrigatória a construção de vilas e cidades acessíveis como forma inequívoca do direito aos territórios.
3. Ser a primeira geração de planos é também uma limitação, pois ainda está a ser apurada a metodologia e a sua relação com as políticas urbanas.
4. A atual ausência de legislação que imponha a elaboração de planos de acessibilidades por parte dos municípios é uma enorme lacuna na tentativa de um território mais uniforme e mais inclusivo.
5. Por fim, face à transversalidade do tema, a falta de articulação nos diversos serviços técnicos em sede das autarquias continua a ser uma enorme barreira na implementação e promoção das condições de acessibilidades.

**Conclusões** | Numa época de profunda crise económica mundial, todas as questões relacionadas com a acessibilidade e mobilidade para todos surgem com particular importância, pois é também uma questão de sustentabilidade social e dos territórios.

Os municípios portugueses têm, hoje, menos disponibilidade financeira para efetuar projetos e obra, para construir e requalificar o seu espaço público e edificado, sendo, por isso, imperativo utilizar os escassos recursos de forma acertada. Assim, será de extrema importância que todos os novos projetos incorporem o desenho universal, o desenho que serve todos os cidadãos, mesmo os que, por motivos de ordem física ou psicológica, não se encontram no auge das suas capacidades.

É aqui que a acessibilidade e mobilidade para todos desempenham um papel fundamental na regeneração das cidades, no caso, das cidades portuguesas. E, no seguimento de planos e projetos efetuados, muitos elaborados no âmbito de candidaturas a fundos europeus, são já algumas cidades portuguesas, como Penafiel, Viseu, Guimarães, Portimão, Palmela, São João da Madeira ou Vilamoura, que integram, nas suas preocupações diárias, a diversidade e a diferença, o desenho universal. É extremamente relevante observar a forma como as implementações das acessibilidades têm sido uma enorme oportunidade, não só na eliminação das barreiras, como, em consequência, na requalificação generalizada das vilas e cidades portuguesas.